

ENTRE A MICROFÍSICA DO PODER E A HIPÓTESE REPRESSIVA – REFLEXÕES PARA O ESTUDO DA SEXUALIDADE¹

| ALINE VERAS MORAIS BRILHANTE²

RESUMO

O modo como a sociedade ocidental vem lidando com a sexualidade ao longo dos séculos permitiu a captura biopolítica dos corpos e tem exigido na contemporaneidade que a pesquisa sobre a sexualidade em geral e de adolescentes apoie-se em metodologia coerente e consistente. O objetivo deste ensaio é desenvolver uma fundamentação epistemológica para investigações sobre sexualidade nas concepções de repressão, inconsciente, pulsão e sexualidade infantil de Freud e de repressão, poder, corpo e sexualidade de Foucault. As implicações da aproximação destes dois autores são amplas e ao identificar as afinidades entre eles pretende-se contribuir para a abordagem da sexualidade, ao mesmo tempo como fator subjetivo e como dispositivo histórico sujeito às influências culturais.

Palavras-chave: sexualidade, epistemologia, psicanálise, poder.

ABSTRACT

Discuss and research on sexuality among adolescent students is unquestionable importance. Therefore, you must understand adolescents as being in the structuring phase of their personalities, the cultural influences to which they are exposed and how Western society has been dealing with sexuality for centuries. However, for the preparation of a well-structured research methodologically we need an epistemological basis. In relation to human sexuality, this requirement leads to two authors: Freud and Foucault. This essay aims to weave reflections on human sexuality from Freud and Foucault's ideas in order to assist in the understanding of sexuality as both subjective factor and how historic device subject to cultural influences, casting, finally, a proposed connection between the authors.

Keywords: sexuality, epistemology, psychoanalysis, power.

1 Artigo derivado da monografia de conclusão do Curso de Especialização em Psicoterapia Psicanalítica promovido pela Escola de Psicoterapia Psicanalítica de Fortaleza e pela Faculdade Farias Brito, com orientação da Profa. Dra. Maria Haydée Augusto Brito.

2 Médica. Professora do Curso de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza – Unifor.

INTRODUÇÃO

As relações entre psicanálise e filosofia têm sido abalizadas por sentimentos antagônicos. Se de um lado há inquestionáveis tensões e estranhamentos, por outro é impossível negar uma mútua atração e um envolvimento intrínseco entre as duas disciplinas.

Em 1917, em seu ensaio “Uma dificuldade no caminho da psicanálise” (1917/1996), Freud fala sobre as resistências em relação à psicanálise, que seriam principalmente decorrentes da “ferida narcísica” infligida por esta à humanidade, ao colocar em questão os pressupostos da razão, pilar do pensamento moderno.

Com sua metapsicologia, que percebe o psiquismo através de leituras tópica, dinâmica e econômica, e com a noção de inconsciente, Freud trouxe à baila a impossibilidade do fechamento do discurso sobre si mesmo, rompendo assim com a ilusão de unidade, de sujeito absoluto e do poder da razão sobre os indivíduos (Birman, 2003). Tais pressupostos, contudo, contrariavam de forma inequívoca o cogito cartesiano – “penso, logo existo” – que atrelava a categoria de existência ao registro do pensamento, considerando-o as bases e os esteios da subjetividade. Desse modo, não apenas o discurso do sujeito analisado seria considerado por Freud um trabalho de representação. Os discursos filosóficos – sua certeza e sua razão incontestável – também foram postos em xeque.

As reservas de Freud em relação ao discurso filosófico, contudo, não se limitam a esse impasse. Em *Totem e Tabu* (1913/1996), Freud comparou diferentes formações culturais e diversas formações sintomáticas: Se a histeria era quase uma obra de arte e a neurose obsessiva quase uma religião, a filosofia seria então quase um delírio paranoico.

Vale lembrar, contudo, que da luta de Freud a fim de firmar a psicanálise como ciência, afastando-a da fluidez da filosofia, certamente, contribuiu para as críticas contumazes. Tanto é assim que, em carta para Fliess no momento crucial de invenção da psicanálise, Freud afirmou que estava finalmente realizando o seu desejo de ser um filósofo com a invenção da psicanálise, declaração que contraia sua aparentemente repulsa à filosofia (Birman, 2003).

Foi nesse contexto e com essa construção, que Freud circunscreveu algumas problemáticas teóricas cruciais para a filosofia.

A filosofia, por sua vez, não sem objeções, reconheceu a pertinência das críticas esboçadas, passando a tecer um diálogo franco, embora não sem atritos, com a psicanálise. Essa interlocução vivaz entre psicanálise e filosofia percorreu a totalidade do último século, de modo que a psicanálise incorporou uma série de ponderações críticas formuladas pela filosofia, da mesma forma que esta também inscreveu, no seu corpo teórico, uma série de questões enunciadas pela psicanálise. Aconteceu, enfim, um rico processo de interpelação recíproca, que fertilizou ambas as disciplinas, por caminhos quase sempre inesperados e marcados por surpresas instigantes (Birman, 2003).

É importante ressaltar que a filosofia destoa abismalmente da credulidade ingênua, aparecendo, em sua forma rigorosa, como um exercício crítico e analítico, muito diferente das representações do senso comum. Do mesmo modo, não apenas a filosofia, mas também a própria teoria psicanalítica, é um trabalho de representação e, como tal, resultado de embates de perspectivas que permanecem na obscuridade (Pereira, 2004). Desse modo, se é verdade que psicanálise e filosofia se construíram (e são) disciplinas irremediavelmente independentes, não interferindo diretamente uma sobre a(s) teoria(s) da outra, também o é que a busca de uma interface contribui sobremaneira para reforçar as pilastras e os arcabouços, quase sempre invisíveis, que as sustentam.

Dito isso, compreendemos a sexualidade como tema onde essa interconexão não apenas é possível, mas urgente, sob pena de levar a estudos superficiais e incompletos. Pesquisas que pretendam estudar a sexualidade em suas múltiplas dimensões não podem prescindir de uma metodologia coerente e consistente, embasada em uma fundamentação epistemológica rigorosa, o que corrobora nossa pressuposição acerca da importância do diálogo entre dois autores com visões aparentemente divergentes da sexualidade, mas cuja compreensão é fundamental para formação de uma base epistemológica adequada: Freud e Foucault.

Este ensaio desenvolve reflexões sobre a sexualidade humana com base no

pensamento de Foucault, cujo foco é a análise dos dispositivos de poder, e de Freud, baseados na hipótese repressiva. Quais as afinidades entre as teorias freudiana e foucaultiana sobre a sexualidade? Em que pontos há interseções? Em que pontos elas se complementam? Estas são as únicas questões legitimamente reivindicadas de modo que qualquer outra questão, por mais instigante que seja, deve ser aqui considerada como secundária e até mesmo como irrelevante.

O objetivo desse ensaio é, portanto, identificar afinidades entre as duas teorias no que se refere à sexualidade humana, o que pode se revelar bastante promissor para ambas, ao promover um diálogo enriquecedor, permitindo compreender a sexualidade ao mesmo tempo como fator subjetivo e como dispositivo histórico, sujeito às influências culturais.

Esse ensaio foi elaborado com base em uma revisão da literatura, partindo-se da leitura de textos clássicos dos dois autores em pauta – Freud e Foucault – bem como de outros textos consagrados sobre suas teorias, a partir da qual, construímos nossas percepções sobre o tema, ressaltando que estas não se pretendem representantes de uma verdade absoluta (posto que partimos do paradigma de que tal verdade é inexistente), mas se propõe a enriquecer o debate entre psicanálise e filosofia no que tange ao tema sexualidade humana.

PODER, CORPO E SEXUALIDADE

Começaremos por Foucault, a fim de compreender o regime de saber-poder-prazer que sustenta, entre nós, o discurso da sexualidade humana. Mas, para compreender a sexualidade como dispositivo de poder é preciso alcançar a “microfísica do poder” (Foucault, 1979/1998). Vale registrar que Foucault ao problematizar o discurso sobre a sexualidade humana, em termos da sua analítica do poder, tem uma dívida inexorável com a herança freudiana e sua teoria da repressão sexual. Em outros termos, provavelmente não teria escrito a sua “História da Sexualidade” (Foucault, 1976/1999), sem a dimensão que a sexualidade foi colocada por Freud.

Para Foucault (1976/1999), o uso maniqueísta da palavra poder esteve sempre associada ao mal, divergindo das conotações outorgadas às palavras liberdade e amor. Entretanto, o poder não existiria como objeto ou como uma entidade

absoluta, pois:

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações, mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (Foucault, 1979/1998, p.248).

Assim, da premissa da não existência do poder como objeto, Foucault não procura determinar sua origem, seus princípios ou limites, mas “estudar os procedimentos e técnicas utilizadas em diferentes contextos institucionais para agir sobre o comportamento dos indivíduos tomados isoladamente ou em grupo, para formar, dirigir e modificar sua maneira de portar-se” (Huisman, 2001, p.391). Por isso, para analisar o poder é preciso observar como ele opera em seu funcionamento diário, ao nível das micopráticas. Caso contrário, ele escaparia à nossa análise e continuaria a funcionar com uma autonomia não questionada, possibilitando a crença equivocada de que é apenas aplicado de cima para baixo, em função dos dominantes que subjagam os dominados (Dreyfus & Rabinow, 1995).

Foucault (1979/1998) não nega a realidade da dominação e argumenta, no entanto, que ela não é a essência do poder, porque, apesar de diferentes grupos estarem emaranhados em relações desiguais e hierárquicas de poder, nenhum deles possui, realmente, o controle acerca dessas relações. Uma vez que, as relações de poder seriam intencionais e não subjetivas, sem motivações secretas ou subliminares às ações dos atores, pois as práticas locais de indivíduos e grupos não estão destituídas de consciência.

Não obstante, isso não significa que as consequências mais amplas destas funções locais sejam coordenadas, pois são tratadas nos deslocamentos do espaço da análise e do nível em que são efetuadas. Dessa forma, o poder é focalizado a partir das extremidades, onde o centro estaria representado pelo Estado e a periferia pelas instituições como a família, a escola e o hospital. Assim, não se desconsidera o papel do Estado nas relações de poder, apenas não lhe garante o lugar de órgão central e único do poder. Logo, o poder não pertenceria a nenhum ponto

específico da estrutura social e, funcionaria, ao contrário, como uma máquina social que se dissemina por toda a estrutura da sociedade, na qual, inclusive, qualquer resistência contra seu exercício ocorre dentro desta mesma estrutura, pois nada está isento de poder (Foucault, 1979/1998).

Deste modo, o poder não carrega apenas pretensões repressivas ou concepção puramente jurídica de lei que diz não, cujo fundamento seria a força de proibição. Ao contrário, deve ser pensado por sua dimensão positiva, portanto não como exercido a fim de impedir a atividade humana, como uma interdição sobre os corpos, mas sim com funções de gerência e adestramento. Não lhe interessa expulsar os homens da vida social, mas sim controlá-los, aproveitando ao máximo suas potencialidades. Em meio às disciplinas do corpo e às regulações das populações, portanto, encontra-se a organização de poder sobre a vida. A instalação individualizada, especificante, anatômica e biológica, bases de organização do biopoder, caracteriza um poder cuja “função mais elevada já não é mais matar, mas investir de cima para baixo e cuidadosamente na administração dos corpos e gestão calculista da vida”. (Foucault, 1976/1999, p131).

O poder já não se encarrega da morte. Ocupa-se, ao contrário, de conhecer, organizar e controlar a vida. Na tentativa de corrigir os desvios, partiu-se para técnicas de bom adestramento, que consistem basicamente em vigiar e punir (Foucault, 1975/1989). Nesse contexto, o vínculo entre o sangue e a soberania viria a ser substituído pelo tema da sexualidade como o mecanismo principal em função do qual a economia do poder se organizaria. Isso não significa que o tema do sangue e o exercício do poder soberano sejam extintos, pois a sobreposição de uma tecnologia de poder, em princípio, não causa eliminação da outra, ainda que prepondere sobre ela (Souza, 2012). Assim a sexualidade também se tornou um campo de poder nas relações entre homens e mulheres, pais e filhos, educadores e alunos, padres e leigos, administração e população.

Contemporaneamente, a sexualidade continua alvo de vigilância e controle, ainda que tenham se diversificado as formas de regulação, multiplicaram-se as instituições que se autorizam a ditar-lhe as normas e a definir-lhe os padrões (Louro, 2008). Ao lado de, ou indo de encontro a instituições tradicionais, como o

Estado, as igrejas, a ciência e agora outras instâncias como a mídia, reivindicam verdades e ética sobre a sexualidade.

A SEXUALIDADE COMO DISPOSITIVO HISTÓRICO

Começaremos por Foucault, a fim de compreender o regime de saber-poder-prazer que sustenta, entre nós, o discurso da sexualidade humana.

Vale, contudo, recordar primeiramente as três grandes linhas de investigação do projeto filosófico foucaultiano, de acordo com Birman (2006):

- 1) Arqueologia das formações discursivas: que analisa os discursos e suas condições de possibilidade a partir das condições internas aos saberes;
- 2) Genealogia do poder: que analisa as relações de poder como condições de possibilidade externa aos saberes como elementos estratégicos de um dispositivo político;
- 3) Problematização do sujeito: marcada pela discussão sobre uma estética da existência e tendo como referencial de análise a experiência ética da Antiguidade grega e romana, centrada na ideia de cuidado de si, realiza um contraponto à experiência ética moderna, centrada no conhecimento de si.

É principalmente na genealogia foucaultiana, na qual a constituição dos saberes está intimamente imbrincada com estratégias de poder, que encontramos a discussão sobre a sexualidade.

Nas relações de poder a sexualidade encontrou um ponto de articulação com as mais variadas estratégias de controle, instituindo-se como um dispositivo de saber e poder.

Apesar da teoria freudiana ter um foco na subjetividade humana, tomando a sexualidade como elemento central instituidor do sujeito, ela não desconsidera os aspectos históricos, nem os aspectos sociais e culturais da constituição dessa subjetividade. Na perspectiva foucaultiana, para se conhecer uma sociedade é necessário compreender a organização dos seus dispositivos discursivos e práticas, de forma que ao analisar a sexualidade como dispositivo histórico, podemos compreender como o silêncio produziu vestígios subjacentes às práticas sociais, ajudando a determinar a moral binária do certo e errado. Esse silêncio não é,

necessariamente, o que os discursos não dizem, mas o conjunto de estratégias utilizadas para a sua produção. Assim, a

sexualidade é o nome dado a um dispositivo histórico [...] à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, à formação dos conhecimentos, o reforço dos controles, das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e poder (Foucault, 1979/1998, p.100).

A genealogia da sexualidade mostrou que no período clássico vigorava uma razoável franqueza nas práticas sexuais. Contudo, a partir do cristianismo e principalmente com a introdução das práticas confessionais no século XII essa postura mudou, inscrevendo na história a passagem da confissão-penitência para confissão-desvelamento. Assim, entre os séculos XII e XVI, a confissão é totalmente enquadrada pelas normas jurídicas e os “principais pecados contra o sexto mandamento se referem aos vínculos jurídicos entre as pessoas: o adultério, o incesto, o rapto. Eles se referem ao estatuto das pessoas, conforme sejam clérigos ou religiosos. Também se referem à forma do ato sexual entre elas: a sodomia” (Foucault, 1976/1999, p.234).

Instala-se o sexo com uma busca pela verdade, que passou a algo a ser examinado, vigiado, confessado e transformado em discurso. Essa produção de discursos supostamente verdadeiros resultaria na formação de poderes específicos e profundamente suscetível às influências sociais e culturais. Além disso, designadas como apropriadas ou não, morais ou imorais, saudáveis ou doentias. (Araújo, 2002).

Por volta dos séculos XVIII e XIX instala-se o discurso sexual por meio de especificações técnicas que dividirão as estratégias de relação de poder-saber em quatro grandes blocos: histerização do corpo da mulher, pedagogização do sexo da criança, socialização das condutas de procriação e psiquiatrização do prazer perverso, cada uma compondo técnicas disciplinares com procedimentos regulares (Foucault, 1976/1999). O sexo fica subordinado às “instituições”, as quais, com o intuito de organizar e apropriar-se de seus saberes, obrigam-no à existência discursiva doutrinária. Dessa forma,

o exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e as condutas familiares têm como objetivo dizer não a todas as sexualidades errantes e improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fingir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir. Captação e sedução; confronto e reforço recíprocos: pais e filhos, adulto e adolescente, educador e alunos, médico e doente e o psiquiatra com sua histérica e seus perversos, não cessaram de desempenhar esse papel desde o século XIX. Tais apelos, esquivas, incitações circulares não organizaram, em torno dos sexos e dos corpos, fronteiras a não serem ultrapassadas, e, sim, as perpétuas espirais de poder e prazer (Foucault, 1976/1999, p.45).

Daí a condenação do adultério, a perseguição aos hábitos solitários, o ataque à sexualidade infantil e a mobilização dos pedagogos e médicos para erradicar o onanismo. Nesse contexto, também ganham importância as preocupações com as degenerescências de raças e a ciência sexual se torna uma das disciplinas cruciais para os dispositivos do biopoder. Assim, o sexo garante seu *status* no segredo sob dispositivos de vigilância permeados pelo medo e pela culpa, mas também serve aos movimentos de racismo e eugenia oriundos da modernidade. Os discursos sexológicos, não sua ausência ou interdições, participam da estratégia de controle da sexualidade (Nascimento, 2008).

A ideia de repressão baseada no princípio do poder que produz discursos de controle leva Foucault a defender que a ilusão não reside apenas na crença da interdição sexual do período vitoriano, mas também em tornar essa ilusão o cerne do discurso sobre sexo a partir da idade Moderna. Elementos que no século XX, com o aval do “saber científico”, desenvolvem hierarquia pautada na natureza biológica por meio das diferenças e a determinação de novas ‘verdades’ (Nascimento, 2008). O saber é imputado ao ginecologista, ao psiquiatra, ao psicólogo e ao pedagogo, todos nomeadamente agentes de controle das perversões, exageros e desvios.

A SUBJETIVIDADE DA SEXUALIDADE NA PSICANÁLISE FREUDIANA

A psicanálise constituiu-se como um saber que permitiu que a sexualidade prescindisse dos vieses que historicamente a envolveram, ampliando a percepção de sexualidade com textos como os “três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/1996) e o “pequeno Hans” (1909/1996). Segundo Freud (1905/1996), se o ser humano negligenciar a sua sexualidade, ele jamais se sentirá um ser completo e estará exposto a alterações do comportamento, potencialmente nocivas ao indivíduo e à sociedade, que se expressam desde a mais leve disfunção a mais temível parafilia.

Na psicanálise defende-se que a sexualidade é constitutiva da subjetividade humana, de forma que o corpo psicanalítico é um corpo fantasmático e não um corpo anatomo-fisiológico. Mesmo quando Freud articulou a sexualidade às necessidades básicas do indivíduo, não foi para a semelhança entre ambos que estava apontando, mas para as suas diferenças, garantindo o lugar da representação na psicanálise (Garcia-Roza, 2007). Assim, a sexualidade para Freud caracteriza-se por não se limitar às atividades de prazer que dependem do aparelho genital, envolvendo todo tipo de excitações e atividades presentes desde a infância, nas atividades de sucção do lactente, na retenção e expulsão de excrementos e nos exibicionismos. A teoria freudiana nos fala, portanto, não de uma sexualidade limitada ao corpo biológico, mas produzida pelas experiências psíquicas inconscientes.

Os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/1996) e “A interpretação dos sonhos” (1900/1996) introduzem as bases conceituais da teoria psicanalítica, de forma que o primeiro introduz o conceito de pulsão e o segundo o conceito de inconsciente, os quais articulam linguagem e sexualidade, possibilitando a clínica psicanalítica.

INCONSCIENTE

Nascido no berço da Ilustração progressista da Viena do século XIX, Freud dispôs de uma formação médica organicista e mecanicista. Entretanto, seus estudos sobre a histeria sugeriam haver, na mente humana, algo além do revelado nas anamneses convencionais. A partir de sua experiência clínica, Freud percebeu

que os sintomas histéricos se baseiam em reminiscências que causaram grande comoção e foram esquecidas e, por isso, utilizou a hipnose para que o paciente reproduzisse as experiências passadas. (Fadimam & Frager, 2004).

Em “A interpretação dos sonhos” Freud (1900/1996) lança ideias inovadoras que não apenas revolucionam a compreensão dos sonhos que se tinha até então, como também proporcionam esclarecimento inédito sobre o funcionamento do aparelho psíquico. No capítulo VII, o autor abandona a arena da neurofisiologia para propor um modelo espacial do aparelho psíquico e pela primeira vez define inconsciente, pré-consciente e consciente, dando início à teoria que se convencionou chamar de “primeira tópica do aparelho psíquico”.

Freud localiza as três instâncias do aparelho psíquico, não como um lugar anatômico, mas um lugar psíquico, com conteúdo, mecanismos e energia específica. É entre o inconsciente e o pré-consciente que se situa a censura, precursora do conceito de superego, que controla a progressão entre inconsciente, pré-consciente e consciente. Os diferentes conteúdos do inconsciente são os representantes da pulsão que estão fixados em fantasias, concebidas como manifestações do desejo, que é um dos polos do conflito defensivo. Os desejos inconscientes tendem a uma realização, restabelecendo os sinais ligados às primeiras vivências de satisfação, através do processo primário (Laplanche & Pontalis, 2001).

Assim, no funcionamento do aparelho psíquico como uma construção tópica o inconsciente só pode ter acesso à consciência por meio do sistema Pré-consciente/Consciente (Pcs/Cs). Na passagem a este último sistema, os conteúdos inconscientes são submetidos às suas exigências, de modo que qualquer conteúdo do Inconsciente só pode ser conhecido se transcrito, de modo distorcido e modificado pela sintaxe ditada pelo Pcs/Cs (Freud, 1915/1996).

Em “A Psicopatologia da Vida Cotidiana”, Freud (1901/1996) chama a atenção para o fato de algumas lembranças remotas da infância serem fragmentadas, pois nossa memória seleciona as impressões que recebe. Na infância, as lembranças indiferentes surgem pelo processo de deslocamento, ou seja, as lembranças não importantes substituem as lembranças importantes, cuja recordação

seria desconfortável. Entretanto, conteúdo aparentemente insignificante das lembranças encobridoras possui um vínculo associativo com outro conteúdo que está recalçado.

Em “O Ego e o Id”, Freud (1923/1996) consolidou a sua nova elaboração do aparelho psíquico, iniciado em “Além do Princípio de Prazer” (1920/1996), introduzindo a chamada Segunda Tópica Freudiana do aparelho psíquico, com a qual introduz uma nova divisão do psiquismo em três instâncias: o ego, o id e o superego. Ao contrário do que se pode pensar os dois modelos não são excludentes, mas complementares, no sentido em que descrevem os fenômenos psíquicos sob ângulos diferentes. Assim, Freud apresenta o ego com uma porção consciente e uma inconsciente, que atua como uma instância de regulação de fenômenos psíquicos, buscando incessantemente um equilíbrio entre as exigências do Id Pulsional e do superego (Freud, 1923/1996). Poder-se-á dizer que para Freud (1932/1996) a personalidade consiste basicamente neste conflito entre os desejos instintivos e as normas interiorizadas da sociedade, conflito que se desenrola no grande cenário constituído pela relação mútua entre o Ego e a realidade ambiental.

PULSÃO

Em seu “Três ensaios sobre a sexualidade” Freud (1905/1996) traz a ampliação do conceito de sexualidade não a restringindo somente ao genital e reconhecendo a sua importância em todas as atividades humanas. Apesar de utilizar a expressão “sexualidade anormal” considera que as perversões fazem parte da vida sexual normal. O patológico ocorreria a depender da exclusividade ou da intensidade de uma perversão específica, mas “as diferenças que separam o normal do anormal só podem residir na intensidade relativa de cada componente da pulsão sexual e no uso que lhes é dado no decorrer do desenvolvimento” (Freud, 1905/1996, p. 194).

A partir das clínicas do que chamou à época de psiconeuroses, Freud (1905/1996) afirmou que a pulsão sexual – que é o representante psíquico de uma fonte de estímulos internos entre o anímico e o físico – é a energia predominante nestes quadros, sendo os sintomas a transformação das atividades pulsionais, expressão da atividade sexual, substitutos de processos pulsionais que são recalçados e por

isso não são descarregados conscientemente, como na histeria em que a descarga acontece através da conversão.

Nas investigações e prática clínica sobre as causas e funcionamento das neuroses, descobriu que a maioria de pensamentos e desejos reprimidos refere-se a conflitos de ordem sexual, localizados nos primeiros anos de vida dos indivíduos, isto é, na vida infantil estão as experiências reprimidas, que se configuravam como origem dos sintomas futuros. Suas descobertas colocam a sexualidade no centro da vida psíquica e embasam o desenvolvimento da teoria psicanalítica, a partir da sexualidade infantil.

SEXUALIDADE INFANTIL

No segundo dos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud (1905/1996) abala a crença popular que considerava a infância uma parte da vida destituída de pulsão sexual. Para o autor as crianças trazem ao mundo rudimentos de atividade sexual; já gozam de satisfação sexual quando começam a alimentar-se e procuram repetir insistentemente a experiência no conhecido gesto de “sugar o polegar”. Situada entre os dois e quatro anos, a fase anal, segunda fase pré-genital da sexualidade infantil, é o momento de aquisição da capacidade de controle esfinteriano. É nessa fase que se constitui a polaridade atividade-passividade que o autor faz corresponder à polaridade sadismo-masochismo.

A vida sexual das crianças manifesta-se por volta dos três ou quatro anos, mas as manifestações da pulsão sexual se chocam com obstáculos externos, como a educação, que é um fator de civilização, e com objetos internos, como a repulsa, o pudor e a moral, sendo que estes últimos constituem a expressão da repressão. Após as fases oral e anal, na fase fálica, já há um predomínio dos órgãos genitais e no período de latência, o que fica recalcado é a atividade sexual da criança, representada pelas pulsões pré-genitais (oral e anal), sendo nitidamente distintas a sexualidade infantil e a sexualidade adulta.

Porém, em “A organização genital infantil”, Freud (1923/1996) revê a sua teoria da sexualidade infantil no sentido de aproximá-la da sexualidade adulta. O primeiro elemento de aproximação diz respeito precisamente ao objeto externo, com o qual

se constata que desde muito cedo a libido infantil investida em objetos externos, sendo o primeiro deles a mãe. A tendência incestuosa da libido não é, portanto, incompatível com a pulsão pré-genital e o que ocorre é que não há síntese ou subordinação das pulsões ao primado genital. Nesse período, as forças pulsionais se desviam das metas sexuais para se dirigirem a outras metas, de cunho cultural principalmente, facilitando o aprendizado nessa faixa etária, graças à sublimação.

Com o início da puberdade o desenvolvimento da sexualidade começa a tomar forma adulta sob a égide da zona genital. A “tempestade da puberdade” é um período de profundas transformações corporais e de intensos e desenfreados desejos sexuais. É quando ocorre o início da atividade sexual genital propriamente, a que Freud (1905/1996) denominou “fase genital”. A satisfação por meio da descarga caracterizada pelo orgasmo pode, entretanto, ocorrer também através de prazeres preliminares, ou seja, prazeres nos quais as zonas genitais não assumiram ainda seu papel preponderante. Assim, a genitalidade torna-se apenas um dos inúmeros caminhos humanos possíveis de satisfação sexual.

É na puberdade que as pulsões sexuais se organizam, as zonas erógenas passam a se subordinar à primazia genital e a pulsão sexual que era principalmente autoerótica (libido do ego ou narcísica) busca o objeto sexual no outro. Tais transformações são concomitantes às mudanças físicas da puberdade, o que irá proporcionar, com o desenvolvimento do indivíduo, a obtenção da satisfação sexual, o que antes só existia com o pré-prazer advindo da excitação de zonas erógenas (Freud, 1905/1996). Todo esse processo é complexo e delicado, podendo causar sérios danos ao desenvolvimento do indivíduo se vier a sofrer interferências drásticas, pois “cada passo desse longo percurso de desenvolvimento pode transformar-se em um ponto de fixação, cada ponto de articulação nessa complexa montagem pode ensejar a dissociação da pulsão sexual” (Freud, 1905/1996, p.222).

Então, os sintomas neuróticos não se criam unicamente em detrimento de uma pulsão sexual normal, mas em parte também em detrimento de uma função sexual anormal. Além disso, não há qualquer traço excepcional que determine a predisposição às perversões, pois, ao contrário, elas pertencem integralmente à constituição dita normal, cujo esboço podemos observar na criança.

A HIPÓTESE REPRESSIVA E A APROXIMAÇÃO DE FREUD E FOUCAULT

A hipótese central da psicanálise é a repressão e a hipótese de Foucault é a de que a emergência da ciência do sujeito faz parte da expansão do dispositivo de sexualidade, que abre novas possibilidades para a infiltração do poder nos aspectos mais particulares e íntimos da vida.

Foucault reconhece a contribuição da psicanálise freudiana como uma teoria revolucionária, seu caráter inovador dentre outros esteve em romper com as teorias biologizantes, higienistas e da degenerescência. Até a década de 1970, mantém uma relação de proximidade com as ideias de Freud, reconhecendo inclusive o potencial transgressor da psicanálise. Porém, aos poucos, vai explicitando que tem concepção diferente de repressão, pois para a psicanálise o recalque se inicia na infância, de modo que a pulsão sexual se choca com obstáculos externos, mas são os objetos internos, como a repulsa, o pudor e a moral, que constituem a expressão da repressão. Não significa que Freud desconsiderasse os fatores externos, pois em “O Mal-Estar da civilização” (1930 [1929] / 1996) apresentou como tese o fato da cultura produzir um mal-estar nos seres humanos, visto que existe um antagonismo intransponível entre as exigências da pulsão e as da civilização. Assim, para o bem da sociedade, o indivíduo é sacrificado: para que a população possa se desenvolver, o homem deve pagar o preço da renúncia da satisfação pulsional. A própria interpretação freudiana de subjetividade a concebe em conflito entre o polo normatizador e o polo transgressor dos desejos.

A psicanálise não exclui o fator histórico da sexualidade e tampouco o conceito psicanalítico de repressão engloba apenas os aspectos negativos da mesma. Ao contrário, perceber o dito e o não dito pelos discursos reguladores da sexualidade, sendo capaz de contextualizá-los, é uma característica da técnica psicanalítica. Por isso, Foucault chegou a manter um diálogo conciliatório com a psicanálise, atribuindo a este saber uma forma de rompimento com a filosofia do sujeito iluminista, que colocava a afirmação da subjetividade inteiramente na razão, e com o conjunto perversão-hereditariedade-degeneração (Birman, 2006). Para ele a psicanálise desempenha vários papéis simultâneos no dispositivo histórico relativo à sexualidade – inicialmente, teria distanciado a tecnologia médica do instinto, afastando suas correlações com a hereditariedade e com todos os

racismos e eugenismos; posteriormente, fixaria a sexualidade no sistema de aliança matrimonial e familiar e funcionaria como elemento diferencial na tecnologia do sexo, permitindo a alguns eliminar seus efeitos patológicos (Foucault, 1976/1999).

Sentencia Foucault, no entanto, que a psicanálise assimilou o rito da confissão, definindo sexualidade como “natureza”, demandando a necessidade de análise para a recuperação dos traumas sexuais. Tal afirmação, entretanto, torna-se injusta, ao considerarmos que o ato da fala no divã, com a prática da associação livre, diferencia-se em muito da confissão. No confessionário, o pecador submete-se à ordem da confissão ao outro, a uma autoridade que o julga, condenando-o ou absolvendo-o. Por outro lado, na clínica analítica, o sujeito do enunciado é o mesmo que fala, inserindo-se no conjunto de representações interditoras das quais ele mesmo se condena, julga, absolve e repudia durante sua ressignificação.

Todavia, o pesquisador que pretende estudar a sexualidade não pode negligenciar a ação do biopoder, regimentado pelo capitalismo tardio da contemporaneidade, que lança os corpos no circuito das mercadorias, transformando-os em objetos cultuados, que envolvem enormes investimentos de tempo e dinheiro. Assim como, vincula a conduta sexual à saúde pública, à natalidade, à vitalidade das descendências e da espécie, o que, por sua vez, está relacionado à produção de riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e à força de uma sociedade biopoliticamente orientada (Altmann, 2001).

Para imergir em profundidade nos discursos sobre a sexualidade é preciso, portanto, compreender as simbologias do inconsciente, muitas vezes expressas através do não dito, principalmente quando se trata de um tema cercado de fatores reguladores, cuja instituição, como vimos, é histórica. Sobretudo, porque se tem aprendido a falar francamente sobre o sexo e a sexualidade, principalmente, apenas nos domínios privados e quase nunca nos rituais sociais coletivos. De forma que a aproximação entre Freud e Foucault torna-se elucidadora na abordagem epistemológica da sexualidade, principalmente quando se pretende estudar o fenômeno na adolescência, a fim de construir políticas educacionais democráticas, participativas, capazes de transpor o ciclo de controle do discurso e superar os entraves do jogo saber-poder.

REFERÊNCIAS

- Altmann, H (2001). Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Revista Estudos Feministas*, 2(9):575-585.
- Araújo, M. F. (2002). Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicologia: Ciência e Profissão* [on line], 22(2):70-77. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000200009>. Acesso em: jan/2013.
- Birman, J. (2006) *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2003). *Freud e a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brasil. Ministério da Saúde. *Gravidez na adolescência*. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=33728&tjanela=1. Acesso em: out/2013.
- Dreyfus, H. & Rabinow, P. (1995) *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Fadiman, J.; Frager, R. (2004). *Personalidade e crescimento pessoal*. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13ªed. Rio de Janeiro: Graal. (Trabalho original publicado em 1976)
- Foucault, M. (1998). *Microfísica do poder*. 13ª ed. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal. (Trabalho original publicado em 1979)
- Foucault, M. (1989). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 7ªed. Petrópolis, RJ, Vozes. (Trabalho original publicado em 1975)
- Freud, S. (1996). *A interpretação dos sonhos* (primeira parte). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. IV. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1996). A organização genital infantil (uma interpolação na teoria da sexualidade) In: Freud, S. *O ego e o Id e outros trabalhos* (1923-1925). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. XIX, p.83-87). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (1996). Além do princípio do prazer. In: Freud, S. *Além do princípio de prazer, Psicologia de grupo e outros trabalhos* (1920-1922). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. XVIII, p3-42). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920)

- Freud, S. (1996). *Conferência XXXII - Angústia e vida pulsional*. In: FREUD, Sigmund. *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise e outros Trabalhos (1932-1936)*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. XXII, p. 55-75). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1932)
- Freud, S. (1996). O ego e o id. In: Freud, S. *O ego e o Id e outros trabalhos (1923-1925)*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. XIX, p. 3-41). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (1996). O Inconsciente. In: Freud, S. *A história do movimento psicanalítico, Artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)*, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. XIV, p.95-128). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (1996). O Mal-Estar na Civilização. In: Freud, S. *O futuro de uma ilusão, O mal-estar na Civilização e outros trabalhos (1927-1931)*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. XXI, p. 38-92). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930[1929])
- Freud, S. (1996). *Duas histórias clínicas* (o “Pequeno Hans” e o “Homem dos Ratos”). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. X. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (1996). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. II Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905)

- Freud, S. (1996). *Totem e tabu*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1996). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In: FREUD, Sigmund. *Uma neurose infantil e outros trabalhos* (1917-1918). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. XVII, p. 85-90). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917)
- Garcia-Roza, L. A. (2007). *Freud e o inconsciente*. 22ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Huisman, D. (2001). *Dicionário dos filósofos*. 1ªed. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J.; Pontalis, J-B. (2001) *Vocabulário da psicanálise*. 4ªed. São Paulo: Martins Fontes.
- Louro, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19(2):17-23.
- Nascimento, R. C. N. (2008). *Noções conceituais da sexualidade humana num recorte foucaultiano*. *Universitas: Ciências da Saúde*, 3(1):65-72.
- Pereira, O. P. (2004). Psicanálise e filosofia: uma relação entre experiência psicanalítica e análise filosófica. *Psyche*, 8(15):109-122.
- Souza, W. L. (2012). Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault. *Revista Múltiplas Leituras*, 4(2):103-124.